

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.661 - MS (2018/0339262-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**AGRAVADO** : **MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE**  
**PROCURADOR** : **VIVIANI MORO - MS007198**  
**AGRAVADO** : **AGENCIA MUNICIPAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS**  
**ADVOGADO** : **RODRIGO KOEI MARQUES INOUE - MS011283**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado (fl. 2.336):

*EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. AFASTADA. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 48, § 3º, DA LEI MUNICIPAL N. 4.423/2006. NÃO RECONHECIDA. PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE. RESPEITADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*Mantém-se a sentença que não reconheceu a inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 4.423/2006, pois em perfeita consonância com a Constituição Federal e em estrita observância ao princípio da efetividade da administração.*

*Com fundamento no art. 371 do CPC, conclui-se que para a sentença ser nula é necessária a ausência completa de fundamentação, o que, no presente caso, definitivamente não ocorreu.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 2.375/2.380).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000. Sustenta, em resumo, que a Lei Municipal 4.532/2007 não poderia ter efetuado a desvinculação do repasse de verbas da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados, previstas na Lei Municipal 4.423/2006.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo

desprovimento do recurso (fls. 2.634/2.637).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

De início, verifica-se que a insurgência não merece prosperar.

Com efeito, o tema trazido à discussão restou assim decidido no acórdão recorrido (fls. 2.340/2.342):

*Pois bem. No caso em tela, o agravante afirma ser inconstitucional a parte final do art. 48, §3º, da Lei Municipal n. 4.423/2006, pugnando para que os recorridos abstenham-se de efetuar qualquer desvinculação de valores da receita da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande - AGEREG para repasse a qualquer outro órgão municipal, bem como pugnam para que seja determinada a restituição à AGEREG de todos os valores alocados naquela fonte e transferidos a outros órgãos municipais.*

*Nego provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público Estadual.*

*Não obstante as razões recursais, verifico inexistente a alegada inconstitucionalidade, de modo que a decisão que julgou improcedente a medida pleiteada na exordial não merece reforma.[...]*

*De fato, não há como afirmar que a norma em comento padece de inconstitucionalidade, mormente porque, ao contrário, deve-se presumir a sua legalidade e legitimidade. [...]*

*Assim, a eventual alocação de recursos para outro órgão municipal é uma comprovação da observância ao princípio da eficiência e da legalidade, porquanto está prevista em legislação própria, qual seja, o § 3º, do art. 48. da Lei Municipal n. 4.423/2006:*

*Art. 48 Constituem receitas da Agência de Regulação:*

*§ 3º - Os recursos da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande serão aplicados na execução de seus objetivos, bem como em dispêndios necessários à melhoria da saúde e dos serviços de saneamento, transporte e trânsito, através de repasse de recursos financeiros aos órgãos municipais competentes.*

*Por certo que a Administração agiu no intuito de garantir os princípios constitucionais previstos no art. 37 da CF - legalidade, moralidade e eficiência -, devendo, portanto, ser reconhecida a regularidade dos atos praticados.*

Observa-se, pois, que o Tribunal de origem não examinou a controvérsia sob o enfoque dos dispositivos legais apontados como violados, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ (*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo"*).

Ressalta-se que esta Corte firmou a compreensão de que *"a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei"* (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

No mesmo sentido, confirmam-se:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.*

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ.*

*III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê*

*que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.*

*IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*V - Honorários recursais. Cabimento.*

*VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.*

*VII - Agravo Interno improvido.*

**(AgInt no REsp 1.682.293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017)**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).**

**2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.**

**3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).**

**4. Agravo interno a que se nega provimento.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt no AREsp 1.098.633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017)

Ademais, é certo que o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF (*"Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"*).

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**